

1. AVENTURA E ROTINA

AS GUERRAS DO BRASIL

Às vezes se diz que nossa característica essencial é a cordialidade, que faria de nós um povo por excelência gentil e pacífico. Será assim? A feia verdade é que conflitos de toda a ordem dilaceraram a história brasileira, étnicos, sociais, econômicos, religiosos, raciais etc. O mais assinalável é que nunca são conflitos puros. Cada um se pinta com as cores dos outros.

O importante, aqui, é a predominância que marca e caracteriza cada conflito concreto. Assim, a luta dos Cabanos, contendo, embora, tensões inter-raciais (brancos versus caboclos), ou classistas (senhores versus serviçais), era, em essência, um conflito interétnico, porque ali uma etnia disputava a hegemonia, querendo dar sua imagem étnica à sociedade. O mesmo ocorre em Palmares, tida frequentemente como uma luta classista (escravos versus senhores) que se fez, no entanto, no enfrentamento racial, que por vezes se exhibe como seu componente principal. Também os quilombolas queriam criar uma nova forma de vida social, oposta àquela de que eles fugiam. Não chegaram a amadurecer como uma alternativa viável ao poder e à regência da sociedade, mas suas lutas chegaram a ameaçá-las.

Um terceiro exemplo é Canudos, que também mostra essas três ordens de tensão. A classista prevalece porque os sertanejos, sublevados pelo Conselheiro, combatiam, de fato, a ordem fazendeira, que, condenando o povo a viver num mundo todo dividido em fazendas, os compelia a servir a um fazendeiro ou a outro, sem jamais ter seu pé-de-chão. Em consequência, não tinham qualquer possibilidade de orientar seu próprio trabalho para o atendimento de suas necessidades. Mas lá estavam pulsando os conflitos raciais e outros, inclusive o religioso.

O processo de formação do povo brasileiro, que se fez pelo entrecchoque de seus contingentes índios, negros e brancos, foi, por conseguinte, altamente conflitivo. Pode-se afirmar, mesmo, que vivemos praticamente em estado de guerra latente, que, por vezes, e com freqüência, se torna cruento, sangrento.

Conflitos interétnicos existiram desde sempre, opondo as tribos indígenas umas às outras. Mas isto se dava sem maiores conseqüências, porque nenhuma delas tinha possibilidade de impor sua hegemonia às demais. A situação muda completamente quando entra nesse conflito um novo tipo de contendor, de caráter

irreconciliável, que é o dominador europeu e os novos grupos humanos que ele vai aglutinando, avassalando e configurando como uma macroetnia expansionista.

De 1500 até hoje, esses enfrentamentos se vêm desencadeando através de lutas armadas contra cada tribo que se defronta com a sociedade nacional, em sua expansão inexorável pelo território de que vai se apropriando como seu chão do mundo: a base física de sua existência. Os Yanomami e as emoções desencontradas que eles provocam entre os que os defendem e os que querem desalojá-los são apenas o último episódio dessa guerra secular.

O conflito interétnico se processa no curso de um movimento secular de sucessão ecológica entre a população original do território e o invasor que a fustiga a fim de implantar um novo tipo de economia e de sociedade. Trata-se, por conseguinte, de uma guerra de extermínio. Nela, nenhuma paz é possível, senão com um armistício provisório, porque os índios não podem ceder no que se espera deles, que seria deixar de ser eles mesmos para ingressar individualmente na nova sociedade, onde viveriam outra forma de existência que não é a sua. Os seus alternos, que são os brasileiros, não abrem mão, também, do sentimento de que, neste território, não cabe outra identificação étnica que a sua própria, que tendo sido assumida por tantos europeus, negros e asiáticos, deveria ser aceita também pelos índios.

Esse conflito não se dá, naturalmente, como um debate em que cada parte apresenta seus argumentos. O brasileiro que captura um índio para usá-lo como escravo, o faz achando que seria uma inutilidade deixá-los vivendo à toa. O índio, repelindo sua escravização que o coisificaria, prefere a morte à submissão. Não por qualquer heroísmo, mas por um imperativo étnico, já que as etnias são por natureza excludentes.

As forças que se defrontam nessas lutas não podiam ser mais cruamente desiguais. De um lado, sociedades tribais, estruturadas com base no parentesco e outras formas de sociabilidade, armadas de uma profunda identificação étnica, irmanadas por um modo de vida essencialmente solidário. Do lado oposto, uma estrutura estatal, fundada na conquista e dominação de um território, cujos habitantes, qualquer que seja a sua origem, compõem uma sociedade articulada em classes, vale dizer, antagonicamente opostas mas imperativamente unificadas para o cumprimento de metas econômicas socialmente irresponsáveis. A primeira das quais é a ocupação do território. Onde quer que um contingente etnicamente estranho procure, dentro desse território, manter seu próprio modo tradicional de vida, ou queira criar para si um gênero autônomo de existência, estala o conflito

cruento.

Mas há, também, conflitos virulentos entre os invasores. O mais complexo deles, quanto a suas motivações, ainda que também remarcado por componentes classistas, racistas e étnicos, foi a longa guerra sem quartel de colonos contra os jesuítas. Muito cedo surgiram desentendimentos entre o projeto comunitário dos inacianos para a índia nativa e o processo colonial lusitano que lhes reservava o destino de mão-de-obra de suas empresas. Surgiram assim que os padres fugiram de sua função prevista de amansadores de índios para se arvorarem a seus protetores.

Ao longo de dois séculos e meio, os conflitos se sucederam no plano administrativo, chegando até à deportação dos jesuítas, primeiro, de São Paulo e, depois, do Maranhão e Grão-Pará pelos colonos, seguida de seu retorno por ordem da Coroa. Também graves foram os enfrentamentos entre catecúmenos e colonos, dos quais os padres procuravam se esquivar, dado o seu compromisso de realizar uma conquista espiritual, sem jamais apelar para a força.

Desde os primeiros dias de colonização o projeto jesuítico se configurou como uma alternativa étnica que teria dado lugar a um outro tipo de sociedade, diferente daquela que surgia na área de colonização espanhola e portuguesa.

Estrutura-se com base na tradição solidária dos grupos indígenas e consolida-se com os experimentos missionários de organização comunitária, de caráter proto-socialista. Também por isso contrastava constantemente com o modelo que o colono ia implantando. Essa divergência amadureceu completamente no caso das missões paraguaias que alcançaram um alto grau de prosperidade e autonomia. Mas a mesma oposição ficou evidente também no Brasil, principalmente nas regiões onde as missões se implantaram com mais êxito, sobretudo no baixo Amazonas. Nos dois casos, acrescia, de forma mais ameaçadora, o fato de que a língua utilizada pelos missionários jesuítas nas suas reduções para reordenar os índios e civilizá-los não era o português nem o espanhol, mas o nheengatu.

A motivação de maior importância, porém, foi a cobiça despertada nos colonos com o enriquecimento extraordinário de algumas das Missões. Explorando as terras indígenas e sua força de trabalho, os jesuítas começaram a funcionar como províncias prósperas que se proviam de quase tudo, graças ao grande número de artesãos com que contavam, e ainda produziam excedentes, explorando drogas da mata que, juntamente com o produto de suas lavouras e com outras produções mercantis, faziam deles uma das forças econômicas

principais do incipiente mercado colonial. Igualmente importantes como fontes de enriquecimento foram as ricas doações que receberam de colonos, que tudo davam, pedindo a salvação de suas almas. Várias doações ficaram célebres, como aquela em que a Companhia se compromete a rezar cinco missas diárias e mais uma missa cantada semanal, até o fim do mundo, pela salvação da alma de Garcia D'Ávila.

O vulto do patrimônio jesuítico, ao tempo do seu confisco (1760), era enormíssimo. Estendia-se de norte a sul do país, na forma de missões e concessões territoriais concedidas pela Coroa, onde instalavam suas cinquenta missões de catequese, cuja base material eram engenhos de açúcar (dezessete), dezenas de criatórios de gado, com rebanho avaliado em 150 mil reses, além de engenhos, serrarias e muitos outros bens.

A Companhia seria também a maior proprietária urbana, pelo número de casas nas cidades que abrigavam os colégios, os seminários, os hospitais, os noviciados, os retiros, regidos por 649 padres e irmãos leigos. Só na Bahia, eles possuíam 186 casas, no Rio setenta e em São Paulo lhes restava ainda cerca de seis, e muitas mais no Maranhão, em Recife, em Belém e por toda a parte, das quais fluíam altas rendas de aluguel.

A cobiça que provocou tamanha riqueza era, pelo menos, proporcional a ela, fazendo crescer a cada dia os que exigiam sua desapropriação, com esperança de apropriar-se, eles próprios, de tantos bens. A necessidade dessa desapropriação era defendida pela burocracia, revoltada contra o privilégio fiscal de não pagar impostos nem dízimos. O sonho dos burocratas e dos colonos acabou por alcançar-se e alguns deles se locupletaram como “contemplados” com os bens dos padres e dos próprios índios, declarados livres, mas, de fato, submetidos ao cativo, tão rígido como a escravidão dos negros.

A saída dos jesuítas das aldeias de índios, de cujo domínio haviam sido privados pouco antes da expulsão final, foi marcada por um açodamento mercantil descrito por Lúcio de Azevedo:

“Alfaias, imagens e paramentos, tudo os sacerdotes carregavam em barcos, muitas vezes oculto de maneira indecorosa, entre os gêneros de comércio, resto das grangearias de que não queriam privar a comunidade. Onde havia gados e canoas, isso vendiam a trôco de gêneros. E, deslizando as embarcações, de tantas partes, rio abaixo, a chapinhar com o peso das cargas, mais pareciam voltar de predatórias incursões, que recolher ao cenóbio de catequistas, só ocupados na pregação do Evangelho. [...] e não somente do terreno, com produtos da cultura,

senão também dos índios que o trabalhavam, escravos no dizer do jesuíta, transmudado do antigo altruísmo, e objurgando já agora as liberdades. Ao rei e à rainha, em lacrimosas súplicas, recorriam os padres, por outra parte, das violências de Mendonça, asseverando que tirar-lhes os escravos o mesmo era que privá-los dos últimos meios de subsistência (Azevedo 1930:325-6). ”

A guerra dos Cabanos, que assumiu tantas vezes o caráter de um genocídio, com o objetivo de trucidar as populações caboclas, é o exemplo mais claro de enfrentamento interétnico. Ali se digladiam a população antiga da Amazônia, caracterizável como neobrasileira porque já não era indígena mas aspirava viver autonomamente para si mesma, e a estreita camada dominante, fundamentalmente luso-brasileira, formando um projeto de existência que correspondia à ocupação das outras áreas do país. Esse contingente civilizatório é que, ajudado por forças vindas de fora, enfrentou os cabanos, destruindo-os núcleo a núcleo. Os cabanos ganharam muitas batalhas, chegaram mesmo a assumir o poder central na região, ocupando Belém, Manaus e outras cidades, mas viviam o antiprivilégio dramático de não poder perder batalha alguma. Isso é o que finalmente sucedeu e eles foram dizimados.

Outra modalidade principal de conflito é a dos enfrentamentos predominantemente raciais. Aqui, vemos opondo-se umas às outras todas as três matrizes da sociedade, cada uma delas armada de preconceitos raciais contra as outras duas. Esses antagonismos alcançam caráter mais cruento no enfrentamento dos negros, trazidos da África para serem escravos, que se veem condenados a lutar por sua liberdade e, mesmo depois de alcançada a abolição, a continuar lutando contra as discriminações humilhantes de que são vítimas, bem como contra as múltiplas formas de preterição. As lutas são inevitavelmente sangrentas, porque só à força se pode impor e manter a condição de escravo. Desde a chegada do primeiro negro, até hoje, eles estão na luta para fugir da inferioridade que lhes foi imposta originalmente, e que é mantida através de toda a sorte de opressões, dificultando extremamente sua integração na condição de trabalhadores comuns, iguais aos outros, ou de cidadãos com os mesmos direitos. Palmares é o caso exemplar do enfrentamento inter-racial. Ali, negros fugidos dos engenhos de açúcar ou das vilas organizam-se para si mesmos, na forma de uma economia solidária e de uma sociedade igualitária. Não retornam às formas africanas de vida, inteiramente inviáveis. Voltam-se a formas novas, arcaicamente igualitárias e precocemente socialistas. Sua destruição sendo requisito de sobrevivência da sociedade escravista, torna esses conflitos crescentes inevitáveis,

seja para reaver escravos fugidos, seja para precaver-se contra novas fugas. Mas também para acautelar-se contra o que poderia vir a ser uma ameaça pior do que as invasões estrangeiras, que seria a sublevação geral dos negros.

Uma terceira modalidade de conflitos que envolvem as populações brasileiras é de caráter fundamentalmente classista.

Aqui se enfrentam, de um lado, os privilegiados proprietários de terras, de bens de produção, que são predominantemente brancos, e de outro lado, as grandes massas de trabalhadores, estas majoritariamente mestiças ou negras.

Ainda que nas outras duas formas de conflito sempre se encontrem componentes classistas, mesmo porque em todas elas está presente a preocupação com o recrutamento de mão-de-obra para a produção mercantil, em certas circunstâncias elas ganham especificidade como enfrentamentos interclassistas. Isso ocorre quando não são contingentes diferenciados racialmente ou etnicamente que se opõem, mas conglomerados humanos ou estratos sociais multirraciais e multiétnicos propensos a criar novas formas de ordenação socioeconômica, inconciliáveis com o projeto das classes dominantes.

Canudos é um bom exemplo dessa classe de enfrentamentos, como a grande explosão dessa modalidade de lutas. Ali, sertanejos atados a um universo arcaico de compreensões, mas cruamente subversivos porque pretendiam enfrentar a ordem social vigente, segundo valores diferentes e até opostos aos dos seus antagonistas, enfrentavam uma sociedade fundada na propriedade territorial e no poderio do dono, sobre quem vivesse em suas terras. Desde o princípio os fiéis do Conselheiro eram vistos como um grupo crescente de lavradores que saíam das fazendas e se organizavam em si e para si, sem patrões nem mercadores, e parecia e era tido como o que há de mais perigoso.

Quando a situação amadureceu completamente, esse contingente humano foi capaz de enfrentar e vencer, primeiro, as autoridades locais e os fazendeiros, aliciando jagunços; depois, as tropas estaduais e, por fim, diversos exércitos armados pelo governo federal.

Venceram sempre, até a derrota total, porque nenhuma paz era possível entre quem lutava para refazer o mundo em nome dos valores mais sagrados e as forças armadas que cumpriam seu papel de manter esse mundo tal qual é, ajudadas nesse empenho por todas as forças da sociedade global.

Euclides da Cunha nos dá o retrato mais veemente daquele enfrentamento inverossímil. Já ao fim das lutas, registra, dos poucos sobreviventes, que não se via “[...] nem um rosto viril, nem um braço capaz de suspender uma arma, nem um

peito resfolegante de campeador domado: mulheres, sem número de mulheres, velhas espectrais, moças envelhecidas, velhas e moças indistintas na mesma fealdade, escaveiradas e sujas, filhos escanchados [...] Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados (Cunha 1945:606, 611).”

Os exemplos de conflitos continuados se multiplicam ao longo desse texto. O que têm de comum e mais relevante é a insistência dos oprimidos em abrir e reabrir as lutas para fugir do destino que lhes é prescrito; e, de outro lado, a unanimidade da classe dominante que compõe e controla um parlamento servil, cuja função é manter a institucionalidade em que se baseia o latifúndio. Tudo isso garantido pela pronta ação repressora de um corpo nacional das forças armadas que se prestava, ontem, ao papel de perseguidor de escravos, como capitães do mato, e se presta, hoje, à função de pau-mandado de uma minoria infecunda contra todos os brasileiros.

A EMPRESA BRASIL

No plano econômico, o Brasil é produto da implantação e da interação de quatro ordens de ação empresarial, com distintas funções, variadas formas de recrutamento da mão-de-obra e diferentes graus de rentabilidade. A principal delas, por sua alta eficácia operativa, foi a empresa escravista, dedicada seja à produção de açúcar, seja à mineração de ouro, ambas baseadas na força de trabalho importada da África. A segunda, também de grande êxito, foi a empresa comunitária jesuítica, fundada na mão-de-obra servil dos índios. Embora sucumbisse na competição com a primeira, e nos conflitos com o sistema colonial, também alcançou notável importância e prosperidade. A terceira, de rentabilidade muito menor, inexpressiva como fonte de enriquecimento, mas de alcance social substancialmente maior, foi a multiplicidade de microempresas de produção de gêneros de subsistência e de criação de gado, baseada em diferentes formas de aliciamento de mão-de-obra, que iam de formas espúrias de parceria até a escravização do indígena, cinza ou disfarçada.

A empresa escravista, latifundiária e monocultora, é sempre altamente especializada e essencialmente mercantil. A jesuítica, apropriando-se embora de extensas áreas e produzindo mercadorias para o comércio local e ultramarino,

mais do que uma empresa propriamente era uma forma alternativa de colonização dos trópicos pela destribalização e integração da população original num tipo diferente de sociedade, que se queria pura, pia e seráfica. A microempresa de subsistência funcionou, de fato, como um complemento da grande empresa exportadora ou mineradora que, graças a ela, se desobrigava de produzir alimentos para a população e para seu próprio uso nas quadras de maior prosperidade econômica, quando tinha que concentrar toda a força de trabalho no seu objetivo essencial. Essas microempresas é que fundaram, de fato, o Brasil-povo, gestando precocemente as células que, multiplicadas, deram no que somos. Isso porque as missões teriam gerado uma sociedade teocrática e as plantações nem sequer sobreviveriam sem a viabilidade que lhes dava uma população local de apoio e sustento.

Na realidade, competindo embora, essas três formas de organização empresarial se conjugavam para garantir, cada qual no desempenho de sua função específica, a sobrevivência e o êxito do empreendimento colonial português nos trópicos. As empresas escravistas integram o Brasil nascente na economia mundial e asseguram a prosperidade secular dos ricos, fazendo do Brasil, para eles, um alto negócio. As missões jesuíticas solaparam a resistência dos índios, contribuindo decisivamente para a liquidação, a começar pelos recolhidos às reduções, afinal entregues inermes a seus exploradores. As empresas de subsistência viabilizaram a sobrevivência de todos e incorporaram os mestiços de europeus com índios e com negros, plasmando o que viria a ser o grosso do povo brasileiro. Foram, sobretudo, um criatório de gente.

Com efeito, o corpo do Brasil rústico, seus tecidos constitutivos - carne, sangue, ossos, peles -, se estrutura, nessas microempresas de subsistência, configuradas nas diversas variantes ecológico-regionais. É sobre esse corpo, como mecanismo de sucção de sua substância, mas também de ejeção sobre ele da matéria humana emprestável para seus fins mercantis, que se instalam, como carcinomas, as empresas agroexportadoras e mineradoras.

Sobre essas três esferas empresariais produtivas pairava, dominadora, uma quarta, constituída pelo núcleo portuário de banqueiros, armadores e comerciantes de importação e exportação. Esse setor parasitário era, de fato, o componente predominante da economia colonial e o mais lucrativo dela. Ocupava-se das mil tarefas de intermediação entre o Brasil, a Europa e a África no tráfico marítimo, no câmbio, na compra e venda, para o cumprimento de sua função essencial, que era trocar mais de metade do açúcar e do ouro que aqui se produzia por escravos

caçados na África, a fim de renovar o sempre declinante estoque de mão-de-obra necessário para a sua produção.

Essa intermediação alucinada foi, por séculos, o motor mais poderoso da civilização ocidental. Aquele que mais afetou o destino do gênero humano pelo número espantoso de povos e de seres que mobilizou, desgastou e transfigurou. Foi exercido sempre eficazmente, da forma mais impessoal e fria, por honrados dignatários, com o sentimento de que se ocupavam de um negócio, muitas vezes, aliás, dignificado como a grande missão do homem branco como herói civilizador e cristianizador.

Tratamos até agora das cúpulas empresariais. Elas seriam inexplicáveis, porém, sem a sua contraparte, que era o patriciado burocrático. Toda a vida colonial era presidida e regida, de fato, pela burocracia civil de funcionários governamentais e exatores, e pela militar dos corpos de defesa e de repressão. A seu lado, operando de forma solidária, estava a burocracia eclesiástica dos servidores de Deus, consagrando, dignificando os que se ocupavam dos negócios terrenos, sobretudo captando a maior parte dos recursos que ficavam na terra, para com eles exaltar a grandeza de Deus nas

casas e templos de suas ordens. Essa cúpula patricial, cuja elite era quase toda oriunda da metrópole, formava com a cúpula empresarial e, com a mercantil, a elite dominante da colônia, essencialmente solidária frente aos outros corpos da sociedade, apesar de suas cruas oposições de interesses.

Esta classe dominante empresarial-burocrático-eclesiástica, embora exercendo-se como agente de sua própria prosperidade, atuou também, subsidiariamente, como reitora do processo de formação do povo brasileiro. Somos, tal qual somos, pela fôrma que ela imprimiu em nós, ao nos configurar, segundo correspondia a sua cultura e a seus interesses. Inclusive reduzindo o que seria o povo brasileiro como entidade cívica e política a uma oferta de mão-de-obra servil.

Foi sempre nada menos que prodigiosa a capacidade dessa classe dominante para recrutar, desfazer e reformar gentes, aos milhões. Isso foi feito no curso de um empreendimento econômico secular, o mais próspero de seu tempo, em que o objetivo jamais foi criar um povo autônomo, mas cujo resultado principal foi fazer surgir como entidade étnica e configuração cultural um povo novo, destribalizando índios, desafricanizando negros, deseuropeizando brancos.

Ao desgarrá-los de suas matrizes, para cruzá-los racialmente e transfigurá-los culturalmente, o que se estava fazendo era gerar a nós brasileiros tal qual fomos

e somos em essência. Uma classe dominante de caráter consular-gerencial, socialmente irresponsável, frente a um povo-massa tratado como escravaria, que produz o que não consome e só se exerce culturalmente como uma marginalia, fora da civilização letrada em que está imersa.

Entre aquela estreita cúpula e esta larga base, um contingente de escapados da miséria e da ignorância geral busca brechas institucionais em que se possa meter para fazer o Brasil a seu jeito. No princípio eram principalmente curas e militares subversivos, mesmo porque só eles eram alfabetizados e minimamente informados naquele submundo da opressão colonial.

AVALIAÇÃO

O padre Cardim, que foi reitor do Colégio da Bahia, gostava muito de descrever o mundo que via. Foi, para meu gosto, um dos primeiros e mais altos intelectuais brasileiros. Identificado com nossas coisas e nossa gente, descreve encantado florestas, roças, pescarias, sempre com o mais vívido interesse (Cardim, *Tratados da terra e gente do Brasil*, 1584).

Não podia haver balanço crítico melhor que o dele sobre a obra da Companhia, por um lado, e a dos colonos, do lado oposto. Ele consegue manter uma extraordinária objetividade quando fala de uma e outro. O contraste não podia ser mais cru. Os índios se acabando e a prosperidade chegando feroz. Visitando as várias missões entre os anos de 1583 e 1590, em companhia do padre Cristóvão de Gouveia, o bom Cardim nos conta os poucos índios que aí estavam em cada uma delas, todos vivendo na mais vil pobreza, simulando uma conversão inverossímil, mas cheios de unção e até de adulação diante dos padres.

Na sua história se inclui um balanço geral dos povos indígenas, que viviam na costa do mar até o sertão onde chegaram os portugueses e que ele divide em tupis e tapuias. Os primeiros, repartidos em dez nações principais, que viviam de Pernambuco a São Vicente. Falavam “uma só língua e esta é a que entendem os portugueses. É fácil e elegante, e suave; e copiosa. A dificuldade dela está em ter muitas composições”. Acrescenta que os portugueses, quase todos que estão no Brasil, “a sabem em breve tempo e seus filhos, homens e mulheres, a sabem melhor” (Cardim 1980:101).

O que mais nos interessa no balanço de Cardim é o registro da mortandade da população que vinha ocorrendo e diante da qual ele próprio se espanta: “Eram tantos os dessa casta que parecia impossível poderem-se extinguir, porém os portugueses lhes têm dado tal pressa que quase todos são mortos e lhes têm tal

medo, que despovoam a costa e fogem pelo sertão adentro até trezentas a quatrocentas léguas” (Cardim 1980:101).

A seguir, relacionando as nações de uma ou outra, assinala o progressivo extermínio. Dos Viatã, da Paraíba, que eram muitíssimos, diz que “já não há nenhuns porque sendo eles amigos dos Potiguara e parentes os portugueses os fizeram entre si inimigos, dando-lhos a comer para que dessa maneira lhes pudesse fazer guerra e tê- los por escravos e, finalmente, tendo uma grande fome, os portugueses em vez de lhes acudir, os cativaram e mandaram barcos cheios a vender a outras capitanias”. Acrescenta que “assim se acabou essa nação e ficaram os portugueses sem vizinhos que os defendessem dos Potiguaras” (Cardim 1980:102). Sobre os Tupinaquins, que habitavam toda a costa de Ilhéus, Porto Seguro até Espírito Santo, informa que “procederam dos de Pernambuco e se espalharam por uma corda do sertão, multiplicando grandemente mas já são poucos” (Cardim 1980:102). Ainda sobre outra nação, parente desses Tupinaquins, que habitava o sertão de São Vicente até Pernambuco, os Tupiguae, Cardim diz que “são sem número. Vão se acabando porque os portugueses os vão buscar para se servirem deles e os que lhes escapam fogem para muito longe por não serem escravos” (Cardim 1980:102). Outra nação, os Tememinó, “já são poucos”. E, ainda, sobre os Tamuya do Rio de Janeiro, acrescenta, “estes destruíram os portugueses quando povoaram o Rio e deles há muito poucos” (Cardim 1980:103).

Nem ele, nem o visitador em nome de quem escreve se impressionam muito com isso. Provavelmente se consolam com o que seria a vontade de Deus: um processo de sucessão ecológica pelo qual a população original da costa do Brasil, que alcançara 1 milhão de índios, fora sucedida por umas poucas centenas que ali estavam se acabando.

Depois de avaliar o extermínio dos índios que primeiro tiveram contato com os invasores, Cardim abre os olhos de contentamento diante das futuras vítimas - os Carijó, que habitavam “além de São Vicente, com 80 léguas, contrários aos Tupinaquins. Destes, há infinidades, e correm pela costa do mar e sertão até o Paraguai que habitam os Castelhanos” (Cardim 1980:103). Já no seu tempo, esses Carijó ou Guarani, começavam a ser as principais vítimas das caçadas de escravos dos paulistas, principal objeto da conversão destrribalizadora dos jesuítas.

Ainda mais expressivo é o retrato que nos traça Cardim dos resultados concretos de três décadas de pregação jesuítica na selva brasileira. Acompanhando o visitador principal da Companhia, ele vai relatando, piedoso, o que vê, aldeia por aldeia, nas aldeias que sobraram das reduções. Este o fruto da

sofrida seara.

“A aldeia do Espírito Santo, sete léguas da Bahia, com alguns trinta índios, que com seus arcos e flechas vieram para acompanhar o padre e revezados de dois em dois o levavam numa rede. [...]. Chegamos à aldeia à tarde; antes dela um bom quarto de légua, começaram as festas que os índios tinham aparelhadas, as quais fizeram em uma rua de altíssimos e frescos arvoredos, dos quais saíam uns cantando e tangendo a seu modo, outros em ciladas saíam com grande grita e urros, que nos atroavam e faziam estremecer. Os cunumis meninos, com muitos molhos de flechas levantadas para cima, faziam seu motim de guerra e davam sua grita, e pintados de várias cores, nuzinhos, vinham com as mãos levantadas receber a benção do padre, dizendo em português, “louvado seja Jesus Cristo”. Outros saíram com uma dança d’escudos à portuguesa, fazendo muitos trocados e dançando ao som da viola, pandeiro e tamboril e flauta, e juntamente representavam um breve diálogo, cantando algumas cantigas pastoris. Tudo causava devoção debaixo de tais bosques, em terras estranhas e muito mais por não se esperarem tais festas de gente tão bárbara (Cardim 1980:145).”

Como se vê, dos selvagens sobreviveram alguns costumes, convertidos em palhaçada. Um deles era o temor ao odiado Anhangá, que ressurgia agora, saindo do mato para assustar os índios, mas encarnado por um padre português. Outro foi o cerimonial do Eriupe, ou saudação lacrimosa, com que os Tupi recebiam os visitantes queridos. No caso, ressurge na figura de velhos morubixabas que saúdam ao visitante com o “vieste? e beijando-lhe a mão recebiam a benção”. Enquanto isso, “as mulheres nuas (cousa para nós mui nova) com as mãos levantadas ao Céu, também davam seu Eriupe, dizendo em português, ‘louvado seja Jesus Cristo’ “ (Cardim 1980,146).

Sobrevive, também, o costume soleníssimo do aconselhamento Tupinambá, que era uma atribuição, talvez a principal, do morubixaba. Diz Cardim:

“Aquela noite, os índios principais, grandes línguas, pregavam da vida do padre a seu modo, que é da maneira seguinte: começavam a pregar de madrugada deitados na rede por espaço de meia hora, depois se levantam, e correm toda aldeia pé ante pé muito devagar, e o pregar também é pausado, freimático e vagaroso; repetem muitas vezes as palavras por gravidade, contam nestas pregações todos os trabalhos, tempestades, perigos de morte que o padre padeceria, vindo de tão longe para os visitar, e consolar, e juntamente os incitam a louvar a Deus pela mercê recebida, e que tragam seus presentes ao padre, em agradecimento (Cardim 1980:146).”

Uma bela surpresa os aguarda na visita à aldeia de São Mateus, em Porto Seguro. Iam, o visitante e seus acólitos, calmos, pela alegre praia, “eis que desce de um alto monte uma índia vestida como elas costumam, com uma porcelana da Índia, cheia de queijadinhas d’ açúcar, com um grande púcaro d’ água fria; dizendo que aquilo mandava seu senhor ao padre provincial Joseph” (Cardim 1980:148). Este Joseph não era menos que o próprio Anchieta, que vinha atrás com a soitaina arregaçada, descalço e bem cansado, com seus muitíssimos anos de vida e tantos anos de pregação no Brasil.

Nessa aldeia e nas outras todas visitadas, viajando sempre de rede e carregado pelos índios, que se revezavam para que nenhum ficasse sem a glória do carroto, são recebidos com a mesma alegria pelos poucos índios que sobreviviam. Nosso cândido Cardim não se cansa de pasmar, seja ao confessar índios e índias através de intérpretes, vendo que são “candidíssimos e vivem com muito menos pecados que os portugueses”, seja com o candor da criançada. “Iam conosco alguns sessenta meninos, nuzinhos, como costumam. Pelo caminho fizeram grande festa ao padre, umas vezes o cercavam, outras o cativavam, outras arremedavam pássaros muito ao natural; no rio fizeram muitos jogos ainda mais graciosos, e têm eles n’água muita graça em qualquer coisa que fazem” (Cardim 1980:155).

Longe dali, Cardim se encantaria ainda mais “com uma dança de meninos índios, o mais velho seria de oito anos, todos nuzinhos, pintados de certas cores aprazíveis, com seus cascavéis nos pés, e braços, pernas, cinta, e cabeças com várias invenções de diademas de penas, colares e braceletes” (Cardim 1980:169).

Sobre a rotina na vida das velhas missões, Cardim conta que

“[...] nas aldeias, grandes e pequenos, ouvem missa muito cedo cada dia antes de irem a seus serviços, e antes ou depois da missa lhes ensinam as orações em português e na língua, e à tarde são instruídos no diálogo da fé, confissão e comunhão. Alguns assim homens como mulheres, mais ladinos, rezam o rosário de Nossa Senhora; confessam-se a miúdo; honram-se muito de chegarem a comungar, e por isso fazem extremos, até deixar seus vinhos a que são muito dados, e é a obra mais heroica que podem fazer; quando os incitam a fazer algum pecado de vingança ou desonestidade etc. respondem que são de comunhão, que não hão de fazer a tal cousa. Enxergam-se entre eles os que comungam no exemplo de boa vida, modéstia e continuação das doutrinas; têm extraordinário amor, crédito e respeito aos padres e nada fazem sem seu conselho, e assim pedem licença para qualquer cousa por pequena que seja, como se

fossem noviços (Cardim 1980:156). ”

Seu principal lazer, agora, diz Cardim, são as festas religiosas.

A primeira, é das fogueiras de São João, porque suas aldeias ardem em fogos, e para saltarem as fogueiras não os estorva a roupa, ainda que algumas vezes chamusquem o couro. A segunda festa é a de ramos, porque é coisa para ver, as palavras, flores e boninas que buscam, a festa com que os têm nas mãos ao ofício, e procuram que lhes caia água benta nos ramos. A terceira, que mais que todas festejam, dia de cinza, porque de ordinário nenhum falta, e do cabo do mundo vêm à cinza, e folgam que lhes ponham grande cruz na testa (Cardim 1980:156).

No comum das aldeias,

“[...] há escolas de ler e escrever, aonde os padres ensinam os meninos índios; e alguns mais hábeis também ensinam a contar, cantar e tanger; tudo tomam bem, e há já muitos que tangem flautas, violas, cravos e oficiam missas em canto d’órgão, coisas que os pais estimam muito. Estes meninos falam português, cantam à noite a doutrina pelas ruas, e encomendam as almas do purgatório.

Nas mesmas aldeias há confrarias do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora, e dos defuntos. Os mordomos são os principais e mais virtuosos; têm sua mesa na igreja com seu pano, e eles trazem suas opas de baeta ou outro pano vermelho, branco e azul; servem de visitar os enfermos, ajudar a enterrar os mortos, e às missas (Cardim 1980: I 55-6). ”

Impressionante mesmo é o contraste entre esse panorama de pobreza e humilhação e a glória e suntuosidade dos engenhos, que alcançavam plena prosperidade. Ele viu, talvez, o momento mais faustoso dessa história. Aquele que antecede às invasões holandesas, as lutas internas e a competição internacional.

O fato é que o Brasil havia encontrado um filão de riquezas que parecia inesgotável e que lhe dava, naqueles anos, a posição de economia mais próspera e exibicionista do planeta. Acompanhemos sua descrição.

Na Bahia ele encontra

[...] uma terra farta de mantimentos, carnes de vaca, porco, galinha, ovelhas, e outras criações; tem 36 engenhos, neles se faz o melhor açúcar de toda a costa; tem muitas madeiras de paus de cheiro, de várias cores, de grande preço; terá a cidade com seu termo passante de 3 mil vizinhos portugueses, 8 mil índios cristãos, e 3 ou 4 mil escravos de Guiné; tem seu cabido de cônegos, vigário geral provisor etc., com dez ou doze freguesias por fora, não falando em muitas igrejas e

capelas que alguns senhores ricos têm em suas fazendas (Cardim 1980:144).

Também a Companhia de Jesus enriquecera notavelmente, como se vê pela descrição do Colégio da Bahia feita por Cardim.

“Os padres têm aqui colégio novo quase acabado; é uma quadra formosa com boa capela, livraria, e alguns trinta cubículos, os mais deles têm as janelas para ao mar. O edifício é todo de pedra e cal de ostra, que é tão boa como a pedra de Portugal. Os cubículos são grandes, os portais de pedra, as portas d’angelim, forradas de cedro; das janelas descobrimos grande parte da Bahia, e vemos cardumes de peixes e baleias andar saltando n’água, os navios estarem tão perto que quase ficam à fala. A igreja é capaz, bem cheia de ricos ornamentos de damasco branco e roxo, veludo verde e carmesim, todos de tela d’ouro; tem uma cruz e tursôulo de prata, uma boa custódia para as endoenças, muitos e devotos painéis da vida de Cristo e todos os Apóstolos. Todos os três altares têm docéis, com suas cortinas de tafetá carmesim; tem uma cruz de prata dourada, de maravilhosa obra, com Santo Lenho, três cabeças das onze mil virgens, com outras muitas e grandes relíquias de santos, e uma imagem de Nossa Senhora de S. Lucas, mui formosa e devota (Cardim 1980:144). ”

Maior ainda era a pompa dos engenhos que maravilharam Cardim.

“De uma coisa me maravilhei nesta jornada, e foi grande facilidade que têm em agasalhar os hóspedes, porque a qualquer hora da noite ou do dia que chegávamos em brevíssimo espaço nos davam de comer a cinco da Companhia (afora os moços) todas as variedades de carnes, galinhas, perus, patos, leitões, cabritos, e outras castas e tudo têm de sua criação, com todo o gênero de pescado e mariscos de toda sorte, dos quais sempre têm a casa cheia, por terem deputados certos escravos pescadores para isso, e de tudo têm a casa tão cheia que na fartura parecem uns condes, e gastam muito (Cardim 1980:157-8).”

Era a Bahia gorda do recôncavo açucareiro, tão oposta à Bahia de bode dos sertões são-franciscanos, onde sobreviviam os Tapuia e os Cariri, então em plena guerra contra o invasor. Nela a civilização se implantara, opulenta e refinada, sobre o trabalho de escravos negros e índios.

“Grandes foram as honras e agasalhos, que todos fizeram ao padre visitador, procurando cada um de se esmerar não somente nas mostras d’amor, grande respeito e reverência, que no tratamento e conversão lhe mostravam, mas muito mais nos grandes gastos das iguarias, da limpeza e conserto do serviço, nas ricas

camas e leitos de seda (que o padre não aceitava, porque trazia uma rede que lhe serve de cama, e cousa costumada na terra) (Cardim 1980:157). ”

As recepções se sucedem:

“[...] aquela noite, fomos ter à casa de um homem rico que esperava o padre visitante: é nesta Bahia o segundo em riquezas por ter sete ou oito léguas de terra por costa, em a qual se acha o melhor âmbar que por cá há, e só em um ano colheu oito mil cruzados dele, sem lhe custar nada. Tem tanto gado que lhe não sabe o número, e só do bravo e perdido sustentou as armadas d’el-rei. Agasalhou o padre em sua casa armada de guadamecins com uma rica cama, deu-nos sempre de comer aves, perus, manjar branco etc. Ele mesmo, desbarretado, servia a mesa e nos ajudava à missa, em uma sua capela, a mais formosa que há no Brasil, feita toda de estuque e timtim de obra maravilhosa de molduras, laçarias, e cornijas; é de abóbada sextavada com três portas, e tem-na mui bem provida de ornamentos. Nesta e outras ermidas me lembrava de Vossa Reverência, e de todos dessa província (Cardim 1980:154).”

Em Pernambuco era maior ainda a suntuosidade e não foram menores as galas, agrados e o encanto dos visitantes com a vila.

“Foi o padre mui frequentemente visitado do sr. bispo, ouvidor geral, e outros principais da terra, e lhe mandaram muitas vitelas, porcos, perus, galinhas e outras coisas, como conservas etc.; e pessoa houve que da primeira vez mandou passante de cinquenta cruzados em carnes, farinhas de trigo de Portugal, um quarto de vinho etc.; e não contentes com isto o levaram às suas fazendas algumas vezes, que são maiores e mais ricas que as da Bahia; e nelas lhe fizeram grandes honras e gasalhados, com tão grandes gastos que não saberei contar, porque deixando à parte os grandes banquetes de extraordinárias iguarias, o agasalhavam em leitos de damasco carmesim, franjados de ouro, e ricas colchas da Índia (mas o padre usava de sua rede como costumava) (Cardim 1980:161).”

O próprio Cardim disse missa solene na matriz de Olinda,

“[...] à petição dos mordomos, que são os principais da terra, e alguns deles senhores d’engenhos de quarenta e mais mil cruzados de seu. Seis deles todos vestidos de veludo e damasco de várias cores me acompanharam até o púlpito, e não é muito achar-se esta polícia em Pernambuco (Cardim 1980:162).

A gente da terra é honrada: há homens muito grossos de 40, 50, e 80 mil cruzados de seu: alguns devem muito pelas grandes perdas que têm com

escravaria de Guiné, que lhes morrem muito, e pelas demasias e gastos grandes que têm em seu tratamento. Vestem-se, e as mulheres e filhos de toda a sorte de veludos, damascos e outras sedas, e nisto têm grandes excessos. As mulheres são muito senhoras, e não muito devotas, nem frequentam as missas, pregações, confissões etc.: os homens são tão briosos que compram ginetes de duzentos e trezentos cruzados, e alguns têm três, quatro cavalos de preço. São mui dados a festas. Casando uma moça honrada com um vianês, que são os principais da terra, os parentes e amigos se vestiram uns de veludo carmesim, outros de verde, e outros de damasco e outras sedas de várias cores, e os guiões e selas dos cavalos eram das mesmas sedas que iam vestidos.

Aquele dia correram touros, jogaram canas, pato, argolinha, e vieram dar vista ao colégio para os ver o padre visitador; e por esta festa se pode julgar o que farão nas mais, que são comuns e ordinárias. São sobretudo dados a banquetes, em que de ordinário andam comendo um dia dez ou doze senhores de engenho juntos, e revezando-se desta maneira gastam quanto têm, e de ordinário bebem cada ano 50 mil cruzados de vinhos de Portugal; e alguns anos beberam 80 mil cruzados dados em rol. Enfim em Pernambuco se acha mais vaidade que em Lisboa (Cardim 1980:164). ”

Chegam, afinal, ao Rio de Janeiro, onde o encantamento de Cardim com a terra brasílica atinge o auge. Vejamos só:

“A cidade está situada em um monte de boa vista para o mar, e dentro da barra tem uma baía que bem parece que a pintou o supremo pintor e arquiteto do mundo do Deus Nosso Senhor, e assim é coisa formosíssima e a mais aprazível que há em todo o Brasil, nem lhe chega a vista do Mondego e Tejo; é tão capaz que terá vinte léguas em roda cheia pelo meio de muitas ilhas frescas de grandes arvoredos, e não impedem a vista umas às outras que é o que lhe dá graça. Tem a barra meia légua da cidade, e no meio dela uma lájea de sessenta braças em comprido, e bem larga que a divide pelo meio, e por ambas as partes tem canal bastante para naus da Índia; nesta lájea manda el-Rei fazer a fortaleza, e ficará a cousa inexpugnável, nem se lhe poderá esconder um barco; a cidade tem 150 vizinhos com seu vigário, e muita escravaria da terra (Cardim 1980:170). ”

Até no Rio o êxito era enorme. Aqui, com uma peculiaridade. A população desindianizada, sobretudo o mulherio, procurando uma identidade nova para si mesma, se identifica fervorosamente com a figura de d. Sebastião.

D. Sebastião, o jovem rei perdido numa louca cruzada, em que levaria à morte a nobreza de Portugal, do que resultou a perda da independência nacional e a

entrega de Lisboa ao domínio de Madri. Mas, Sebastião era também o santo romano, apresentado sempre como uma estátua desnuda, sendo morto a pedradas.

“Os padres têm aqui melhor sítio da cidade. Têm grande vista com toda esta enseada defronte das janelas: têm começado o edifício novo, têm já treze cubículos de pedra e cal que não dão vantagem aos de Coimbra, antes lhe levam na boa vista. São forrados de cedro, a igreja é pequena, de taipa velha. Agora se começa a nova de pedra e cal, todavia têm bons ornamentos com uma custódia de prata dourada para as endoenças, uma cabeça das onze mil virgens, o braço de S. Sebastião com outras relíquias, uma imagem da Senhora de S. Lucas (Cardim 1980:171).”

Aquele rei oráculo, que portugueses e brasileiros de cultura rústica ainda esperam ver reencarnado, se funde com esse santo romano, provocando efusões de fé religiosa. Ainda hoje, no Rio de Janeiro, a procissão de São Sebastião mobiliza centenas de milhares de pessoas, que não sabem nem no que crêem. Mas isso não importa, porque o que querem é ter uma identidade própria, que por essa via alcançam plenamente.

A referida relíquia de São Sebastião, trazida, aliás, pelo visitador, era uma bela peça engastada num braço de prata. Foi recebida com grande festança por ser esta cidade do seu nome e ser ele o padroeiro e protetor.

“O padre visitador com o mesmo governador e os principais da terra e alguns padres nos embarcamos numa grande barca bem embandeirada e enramada: nela se armou um altar e alcatifou a tolda com um pálio por cima; acudiram algumas vinte canoas bem equipadas, algumas delas pintadas, outras empenadas, e os remos de várias cores. Entre elas vinha Martim Afonso, comendador de Cristo, índio antigo abaetê e moçacára, grande cavaleiro e valente, que ajudou muito os portugueses na tomada deste Rio. Houve no mar grande festa de escaramuça naval, tambores, pífaros e flautas, com grande grita e festa dos índios; e os portugueses da terra com sua arcabuzaria e também os da fortaleza dispararam algumas peças de artilharia grossa e com esta festa andamos barlaventeando um pouco à vela, e a santa relíquia ia no altar dentro de uma rica charola, com grande aparato de velas acesas, música de canto d’órgão etc. Desembarcando viemos em procissão até à Misericórdia, que está junto da praia, com a relíquia debaixo do pálio; as varas levaram os da câmara, cidadãos principais, antigos e conquistadores daquela terra. Estava um teatro à porta da Misericórdia com uma tolda de uma vela, e a santa relíquia se pôs sobre um rico altar enquanto se

representou um devoto diálogo do martírio do santo, com choros e várias figuras muito ricamente vestidas; e foi asseado um moço atado a um pau: causou este espetáculo muitas lágrimas de devoção e alegria a toda a cidade por representar ao vivo martírio do santo, nem faltou mulher que não viesse à festa (Cardim 1980:169).”

Diferente é o retrato que nos dá de São Paulo e suas quatro pobres vilas. São Vicente,

“[...] situada em lugar baixo manencolisado e soturno, em uma ilha de duas léguas de comprido. Esta foi a primeira vila e povoação de portugueses que houve no Brasil; foi rica, agora é pobre por se lhe fechar o porto de mar e barra antiga, por onde entrou com sua frota Martim Afonso de Sousa; e também por estarem as terras gastas e faltarem índios que as cultivem, se vai despovoando; terá oitenta vizinhos, com seu vigário. Aqui têm os padres uma casa aonde residem de ordinário seis da Companhia: o sítio é mal-assombrado, sem vista, ainda que muito sadio (Cardim 1980:174). ”

Santos,

“[...] oitenta vizinhos, com seu vigário. Itanhaém, que é a terceira povoação da costa, que terá cinquenta vizinhos, não tem vigário. Os padres visitam, consolam e ajudam no que podem, ministrando-lhes os sacramentos por sua caridade (Cardim 1980:174).

Piratininga é vila da invocação da conversão de São Paulo; está do mar pelo sertão dentro doze léguas; é terra muito sadia, há nela grandes frios e geadas e boas calmas, é cheia de velhos mais que centenários, porque em quatro juntos e vivos se acharam quinhentos anos. Vestem-se de burel, e pelotes pardos e azuis, de pertinas compridas, como antigamente se vestiam. Vão aos domingos à igreja com roupões ou bérnios de cacheira sem capa. A vila está situada em bom sítio ao longo de um rio caudal. Terá cento e vinte vizinhos, com muita escravaria da terra, não tem cura nem outros sacerdotes senão os da Companhia, aos quais têm grande amor e respeito e por nenhum modo querem aceitar cura (Cardim 1980:173). ”

Nenhum balanço crítico é melhor que o de Cardim sobre o resultado prático das missões e da colonização. Aquelas, tendo entregue seu sangue e sua energia para fazer a sociedade nova, só sobreviviam nos corpos dos brasilíndios como um patrimônio genético que se repetirá pelos séculos afora, remarcando a fisionomia dos brasileiros. Esta, quero dizer, a solução colonial, era o mais bem-sucedido implante europeu no além-mar. Chegou a ter igrejas e colégios suntuosos como

não ocorreu em lugar nenhum mais. Viveu assim e ainda vive a vida de um proletariado externo, cuja sorte depende das oscilações do mercado mundial.

Podia-se dizer, talvez, que o fracasso maior foi do stalinismo jesuítico, que tentou um socialismo precoce e inviável, e fracassou. Ao contrário, o sucesso foi de seus opositores. Também fracassados, porque não sendo um povo para si na busca de suas condições de prosperidade, permanece sendo um povo para os outros.